

GAZETA DO POVO

Auxílio-moradia para o TCE

Buscar a “isonomia” com o Judiciário e o MP significa igualar-se na imoralidade, no desprezo pela sociedade, na fome por privilégios

Depende apenas de um ato do presidente do Tribunal de Contas do Estado, Ivan Bonilha, a implantação de mais um privilégio a agentes públicos paranaenses: a concessão do auxílio-moradia para conselheiros e auditores do TCE, além dos procuradores do Ministério Público de Contas (MPC). São 20 servidores que passariam a receber mais R\$ 4,4 mil mensais. Dinheiro proveniente do caixa estadual, que está em situação dolorosa.

É até possível que a proximidade entre Bonilha e o governador Beto Richa, que vem contando cada centavo que pode economizar em seu esforço para colocar em ordem as contas do estado, ajude a frear a voracidade dos conselheiros e auditores do TCE e membros do MPC. Mas, ainda que as dificuldades de caixa possam ser usadas agora como argumento para impedir a concessão do auxílio-moradia, essa jamais deveria ser a razão principal, ou mesmo um motivo relevante; isso equivaleria a dizer que, caso o estado estivesse nadando em dinheiro, o auxílio-moradia passaria a ser aceitável. Nada mais distante da verdade. Há razões muito mais sólidas para que o TCE recue e dê um tão necessário exemplo ao Judiciário e ao Ministério Público, que não tiveram o menor pudor em empenhar dinheiro público em privilégios disfarçados de direitos.

Um verdadeiro auxílio-moradia consistiria no ressarcimento das despesas daqueles que, por terem de trabalhar em uma cidade diferente daquela onde têm residência, precisassem alugar um imóvel ou recorrer à rede hoteleira. O agente público — juiz, procurador, conselheiro — apresentaria a fatura das despesas com moradia e receberia de volta esse valor. Isso constituiria o caráter indenizatório do auxílio. No entanto, o benefício que o TCE busca para si é a repetição daquilo que magistrados e o MP se concederam: um mero adicional financeiro, cujo valor não tem a menor ligação com os preços do mercado imobiliário local e do qual não se exige nenhuma prestação de contas — ou seja, o beneficiário pode usar os R\$ 4,4 mil como bem entender, e não precisa comprovar que o dinheiro foi gasto com despesas relacionadas à moradia. Isso jamais pode ser considerado verba indenizatória, por mais que os interessados digam o contrário. Trata-se única e exclusivamente de aumento salarial por vias tortas.

24 FEV 2015

Assim como nos outros casos de concessão de auxílio-moradia, os integrantes do TCE e MPC têm seus salários vinculados aos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que têm tido reajustes defasados na comparação com a inflação. É justo que não se aceite perdas salariais, mas existe um caminho legítimo para se pleitear aumentos: o Congresso Nacional. Usar o auxílio-moradia para contornar essa questão é imoral e demonstra desrespeito pela população que banca o TCE com seus impostos e elegeu representantes para que decidissem inclusive quanto devem ganhar aqueles que servem à população.

Quando se trata de defender o auxílio-moradia, os interessados sacam imediatamente a palavra-chave “isonomia”. “Se os outros recebem, por que não nós?” é o pensamento predominante. Foi assim com o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná quando se decidiu o benefício para os juízes. Agora, o conselheiro Fernando Guimarães diz que “a resolução nada mais fez do que aplicar ao TC tudo o que está sendo aplicado no Brasil e no Paraná” e chega ao ponto de falar em “obrigação de aplicar esta medida”. É um argumento de pobreza ímpar. Ninguém é “obrigado” a esbanjar dinheiro do contribuinte paranaense ou brasileiro, mesmo que todos os demais o estejam fazendo.

Esta é a hora de demonstrar nobreza. Infelizmente, outras categorias — mesmo constituídas em sua grande maioria por pessoas conscientes, sensatas e bem formadas — foram vencidas pela cegueira quando entraram em jogo os próprios interesses, e se renderam ao patrimonialismo e ao corporativismo. Buscar a “isonomia” com o Judiciário e o MP significa igualar-se na imoralidade, no desprezo pela sociedade, na fome por privilégios. Ainda há tempo de o TCE recuar e fazer o que outros não souberam fazer quando tiveram a oportunidade: liderar pelo exemplo.

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

» CRISE NO GOVERNO

Cresce a insatisfação entre os servidores

Estatutários do Tribunal de Justiça anunciam paralisação de um dia e professores planejam grande ato para hoje

Fernanda Trisotto, Carolina Pompeo e Felipe Vanini, especial para a Gazeta do Povo

O momento é de greve geral entre os servidores do estado do Paraná. Diversas categorias já estão de braços cruzados ou em estado de greve e compartilham a mesma pauta de reivindicação (veja no quadro desta página). Ontem, professores engrossaram o movimento dos servidores do Detran, bloqueando o acesso aos serviços de vistoria e exame prático na sede do bairro Tatumã, em Curitiba. Para hoje, um grande ato de educadores está agendado e os funcionários do Tribunal de Justiça já anunciaram que farão uma paralisação durante o dia.

Além do pagamento de salários e terço de férias atrasados, há um estado de alerta para observar o comportamento do Executivo e Legislativo estadual em relação ao "pacotão", que modificava benefícios do funcionalismo e foi retirado de pauta, e ao projeto que mexeria nos fundos da Paraná Previdência. O segundo é mais sensível, já que o governo estadual retirou para avaliação, mas pode enviar para a Assembleia novamente a qualquer momento.

Ontem os professores acompanharam a sessão do Legislativo, a primeira que foi realizada após a ocupação da casa pelos educadores. O clima foi pacífico e não houve transtornos. Os educadores planejam realizar blitze em diversas cidades do estado, para explicar os motivos da greve e convocar a população a apoiar o movimento. Para hoje, está prevista a realização de um grande ato pela educação, com professores de todo o estado em Curitiba.

Os professores, inclusive, ajudaram na mobilização dos servidores do Detran. "Nós estamos em um momento de greve geral dos servidores estaduais. Da mesma forma que o Sisdep [Sindicato dos Servidores do Detran] apoiou nossa greve, nós apoiamos a deles. Nossas pautas são parecidas, ambas têm questões que entram no rol das dívidas do governo do estado e da previdência. Além disso, a categoria dos servidores do Detran é bem menor que a dos professores e boa parte do quadro é de funcionários comissionados, ou seja, os trabalhadores têm dificuldade de se organizar", explicou Luiz Fernando Rodrigues, secretário de comunicação da APP-Sindicato.

Ensino superior

Para hoje, os reitores das sete universidades estaduais paranaenses terão audiência com o governador Beto Richa. A informação é da Assessoria de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), repassada pelo presi-

dente da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp), Nelson Bona.

A pauta principal, segundo ele, diz respeito aos artigos 66 e 67 da mensagem inicialmente encaminhada pelo governo à Assembleia Legislativa, envolvendo a autonomia universitária e o custeio dessas instituições. O horário da audiência não foi confirmado.

"Nós estamos em um momento de greve geral dos servidores estaduais. Da mesma forma que o Sisdep [do Detran] apoiou nossa greve, nós apoiamos a deles."

Luiz Fernando Rodrigues,
da APP-Sindicato

CONTINUA

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

BRAÇOS CRUZADOS

Diversas categorias de servidores públicos estaduais já paralisaram as atividades ou estão em estado de greve. Veja quais são as principais categorias em greve.

Reivindicação comum a todos os servidores

Pagamento dos salários e terço de férias atrasados.

A pressão já conseguiu retirar da pauta da Assembleia o "Pacotaço", que mudaria alguns benefícios do funcionalismo, e o projeto que autorizaria o governo a mexer nos fundos da Paraná Previdência.

Como não se sabe quando e como esses projetos podem voltar, a mobilização continua.

SETORES EM GREVE



Professores e funcionários



Servidores

	Rede estadual de ensino	Universidades estaduais	Detran	Defensoria pública
início	9/fev	10: UEM e UEPG (prof.); 12: UEL, Unespar e Uenp e UEPG (func.); 19: Unicentro; 14: Unioeste	18/fev	13/fev
pessoas paradas	cerca de 100 mil servidores	sem estimativa	cerca de 200 (segundo o Detran) e cerca de 700 (segundo o sindicato)	sem estimativa
o que a paralisação afeta	aulas da rede estadual de ensino (ensinos fundamental e médio)	aulas nas instituições e atendimentos nos hospitais universitários	atendimento ao público*	atendimento ao público
pessoas afetadas	971,3 mil alunos	sem estimativa	sem estimativa	sem estimativa
Outras reivindicações da categoria	<ul style="list-style-type: none">repasso do fundo rotativonegociação sobre o porte das escolas	<ul style="list-style-type: none">repasso de verbas de custeiocontratação de pessoal (em algumas unidades)	<ul style="list-style-type: none">atualização das promoções e progressões de carreiracriação de um quadro próprio.	<ul style="list-style-type: none">respeito à autonomia do órgão.regulamentação da jornada e atividades dos servidores

*Quatro serviços são mantidos, mesmo com a greve: liberação de veículos apreendidos pela Polícia Militar, documentação para veículos direcionados a serviços essenciais (como ambulâncias), exames práticos para a primeira habilitação para aqueles candidatos que estão com o vencimento dos exames para os próximos 30 dias e apreensão de habilitações que foram suspensas, e liberação da habilitação para motoristas que já fizeram cursos de reciclagem. **Fonte:** Redação. **Infografia:** Gazeta do Povo.

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Governo promete pagar a folha do mês, mas ainda estuda de onde tirar a verba

Fontes ouvidas pela reportagem dizem que, até o momento, não há dinheiro suficiente. Mas o Executivo assegura que fará os pagamentos

Carlos Eduardo Vicelli e
Rogerio Waldrigues Galindo

Ainda sem contar com o dinheiro do “pacotão” de ajuste fiscal, que deve voltar a ser discutido nesta semana na Assembleia Legislativa, o governo do Paraná estuda alternativas para pagar a folha salarial de fevereiro, que precisa ser quitada até a sexta-feira (27), último dia útil do mês. De acordo com pessoas próximas ao Palácio Iguaçú, até o momento não há caixa suficiente para honrar a despesa. No entanto, a Secretaria da Fazenda garante que o pagamento será feito rigorosamente em dia. A folha mensal do governo está hoje em cerca de R\$ 1,35 bilhão.

O pagamento da folha é tratado como prioridade pelo Executivo estadual. No entanto, no mês passado foram necessárias várias manobras para garantir que não houvesse atraso: o governo reduziu repasses a outras instituições,

como a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, e até recebeu de volta R\$ 82 milhões que o Tribunal de Contas tinha acumulado para um prédio que acabou não sendo construído. Ainda assim, em janeiro não foi possível quitar tudo que o governo devia. Ficaram para trás as rescisões de 29 mil professores temporários e o terço de férias de parte considerável dos servidores que agendaram a folga remunerada para dezembro de 2013 e janeiro de 2014.

Neste mês, porém, o governo não confirma se será necessário repetir a “engenharia financeira”. O presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano (PSDB), afirmou nesta segunda-feira (23) que ainda não foi informado sobre eventuais necessidades de caixa do governo para o fechamento da folha de fevereiro. “Mas estamos sendo parceiros. O governo está repassando [à Assembleia] o necessário e, mais tarde, quando a situação melhorar, pode repassar o que ficou para trás. Mas vamos exigir que o mínimo constitucional seja repassado”, disse Traiano. O mínimo constitucional, no caso do Legislativo, é 3,1% do orçamento geral do estado.

A reportagem também conversou com o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TC-PR), Ivan Bonilha, que não confirmou nenhu-

ma negociação para redução de repasses ao órgão neste mês. “Faz tempo que não conversei com o governador nem com o secretário da Fazenda. Mas vamos ter responsabilidade com o caixa do estado”, afirmou.

Fontes ligadas ao Ministério Público também garantiram que o órgão está disposto a colaborar, repetindo a estratégia do mês passado.

Atrasados

Se ainda não sabe o que fazer para quitar a folha salarial, o governo ao menos confirmou que irá pagar nesta terça (24) as diárias referentes a fevereiro de policiais e bombeiros que trabalharam no litoral durante a Operação Verão. O valor é de R\$ 4 milhões. Também segundo a nota emitida pelo Palácio Iguaçú, serão liberados outros R\$ 70 milhões para o pagamento da rescisão dos professores contratados por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS).

CONTINUA

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Mentor do pacote "engorda" a própria remuneração com cargos em 5 conselhos

Idealizador do "pacote" de cortes de gastos, o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, vai ganhar mais do que os demais colegas do primeiro escalão estadual, cujo salário atual é de R\$ 29,4 mil. Isso porque ele foi nomeado pelo governador Beto Richa (PSDB) para integrar cinco conselhos de administração ligados ao Executivo, cargos que costumam ser remunerados.

Mauro Ricardo vai presidir os conselhos da Sanepar e do Paraná Cidade e também integra o conselho de administração da Copel, o Conselho Estadual de Trânsito (Cetran) e o Conselho da Cohapar. Com isso, o titular da Fazenda é o secretário nomeado para mais conselhos na atual administração.

Os cargos nos conselhos de administração são visados por políticos porque são bem remunerados e têm, em geral, não mais do que uma reu-



Mauro Ricardo receberá jetons dos conselhos estaduais.

nião por mês. As estatais não costumam revelar quanto pagam a seus conselheiros. Na sessão da Assembleia Legislativa desta segunda-feira (23), o deputado estadual Requião Filho (PMDB) protocolou um pedido de informações sobre os jetons recebidos por Mauro Ricardo Costa.

Nas outras administrações por onde passou antes de che-

gar ao Paraná, Mauro Ricardo também sempre foi indicado para vários conselhos. Em Salvador, onde foi secretário municipal de Fazenda até o ano passado, ele fez parte do conselho de quatro empresas municipais e recebia R\$ 22 mil mensais de jeton.

Além de Mauro Ricardo, outros oito integrantes do primeiro escalão foram nomeados por Richa para conselhos de administração. Dois deles estão em cargos de presidente. Fernando Xavier Ferreira, secretário de Educação, foi escalado como presidente do conselho da Copel. E José Richa Filho, secretário de Infraestrutura e irmão do governador, foi indicado para presidir o conselho da Administração do Porto de Paranaguá. Ele também está no conselho da Copel.

O conselho de administração da Sanepar também tem entre seus membros o secretário especial de Cerimonial e Relações Internacionais, Ezequias Moreira; o secretário de Cultura, Paulino Viapiana; e o secretário de Saúde, Michele Caputo. O secretário de Planejamento, Sílvio Barros, está no conselho do Paraná Cidade. Mounir Chaowiche, presidente da Sanepar, também é conselheiro da Cohapar. Fernando Francischini, da Segurança, é conselheiro do Cetran. (RWG)

CONTINUA

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Richa e secretários receberão salários atrasados

Euclides Lucas Garcia

O governo do estado também anunciou nesta segunda-feira (23) que irá pagar neste mês os salários atrasados dos secretários de estado. No mês passado, o governador Beto Richa (PSDB) assinou um decreto determinando que o pagamento do próprio salário fosse adiado, e determinando também que o mesmo fosse feito em relação à vice-governadora, Cida Borghetti (Pros) e aos 20 secretários de estado. A folha do primeiro escalão está estimada em cerca de R\$ 500 mil mensais.

Neste mês, Richa, Cida e os secretários estaduais vão receber o salário de janeiro e o de fevereiro. No entanto, segundo a assessoria do governo, os pagamentos serão feitos sem os reajustes concedidos na virada do ano. Desde que o teto do funcionalismo subiu, com o aumento dos salários do Supremo Tribunal Fe-

deral (STF), os vencimentos do governador e do primeiro escalão paranaense subiram automaticamente.

Com o reajuste, o salário do governador seria de R\$ 33,7 mil. Sem o aumento, será de R\$ 29,4 mil. Os secretários receberão cerca de R\$ 20,5 mil neste mês. O novo valor, reajustado, seria de R\$ 23,6 mil. Ainda não se sabe se o aumento será formalmente eliminado, mas o tema está sendo estudado internamente. Em janeiro, a reportagem questionou o governo sobre a possibilidade de os ocupantes do primeiro escalão abrirem mão do percentual de aumento, como ocorreu em outros estados. A resposta foi negativa.

R\$ 29,4 MIL

é o salário que Beto Richa vai ganhar ao fim deste mês. Com o estado em crise financeira, o governador decidiu não receber o reajuste a que teria direito desde janeiro, que elevaria a remuneração para R\$ 33,7 mil. A decisão de cortar definitivamente o reajuste, porém, ainda não foi tomada pelo estado.

CONTINUA

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RELATÓRIO SECRETO

Oposição pede acesso a diagnóstico sobre finanças do estado produzido em 2013

¶ Será votado nesta terça-feira (24) no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná um requerimento em que o deputado Péricles de Mello (PT) solicita ao governo estadual acesso ao levantamento das contas do Executivo feito pela Secretaria da Fazenda (Sefa) cerca de um ano antes da eleição de 2014. O relatório, apresentado ao governador Beto Richa (PSDB), teria diagnosticado a crise financeira do estado. Ele também foi seguido de um plano de pagamento das dívidas com fornecedores. Durante a campanha pela reeleição, porém, o tucano defendeu que o caixa do estado estava "em ordem", o que garantiria um resultado melhor no segundo mandato.

Na semana passada, a **Gazeta do Povo** solicitou o material à assessoria de imprensa da Sefa, que negou o pedido sob a justificativa de que "não há obrigatoriedade de tornar o documento público" e que "as informações são de uso exclusivamente gerencial". Reportagem desta segunda-feira (23) da Gazeta relatou o caso.

Perspectiva de dificuldades

O grupo que produziu o relatório foi criado em outubro de 2013 para analisar o fluxo financeiro e previsões de receitas e despesas. O resultado teria sido o mapeamento detalhado de todos os gastos do estado e a conclusão de que o cenário já indicava a perspectiva de falta de recursos para o pagamento de pessoal. Em dezembro daquele ano, o governo enfrentou dificuldades para pagar o 13º salário do funcionalismo.

O requerimento do deputado Péricles de Mello, no entanto, tem poucas chances de ser aprovado. Mesmo com algumas deserções na base aliada na Assembleia Legislativa provocadas pela polêmica em torno do pacote de austeridade, o governo ainda conta com uma base fiel de 34 entre os 54 deputados. (ELG)

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

» CASO DOS PESCADORES

Advogados são soltos após dois dias presos a pedido do MP-PR

Felippe Anibal

Os advogados Fabiano Neves Macieyewski e Saulo Bonat de Mello deixaram a prisão na sexta-feira (20), beneficiados por um habeas corpus do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Os dois estavam presos desde quarta-feira (18). Eles e outros dois advogados (todos do mesmo escritório) representam 1,2 mil pescadores em Antonina e são acusados de terem articulado um núcleo criminoso no cartório cível, no fórum da cidade. Os quatro são acusados de corrupção ativa e formação de quadrilha.

“A prisão era uma medida desnecessária e desproporcional. Ao longo das investigações, os advogados [Neves e Mello] sempre se colocaram à disposição do Ministério Público, sempre prestaram esclarecimentos”, disse o advogado Luiz Gustavo Pujol, que compõe a defesa dos dois.

Segundo a denúncia, entre agosto de 2010 e outubro de 2014 os quatro advogados do Escritório Bahr, Neves e Mello pagaram propinas mensais a servidores do cartório cível do fórum de Antonina. Em troca, davam tramitação mais rápida a ações de indenização movidas pelo escritório em nome de pescadores que foram vítimas de acidentes ambientais de responsabilidade da Petrobras. Desta forma, diz o MP-PR, o grupo conseguia agilizar a expedição de alvarás para levantamento de valores das indenizações.

O MP-PR aponta que quatro servidores do cartório teriam recebido vantagens finan-

ceiras indevidas do escritório. Além disso, e-mails analisados pela Promotoria indicam que um cartorário pediu ao escritório que financiasse sua campanha para vereador e recebeu R\$ 1,5 mil para promover uma festa religiosa. Ainda segundo a denúncia, o mesmo servidor pediu, também por e-mail, um “presentinho” e teve um carro (um Mercedes Classe A) comprado por um dos advogados, em troca de “liberar alvarás pendentes”.

Relação

O advogado Rodrigo Sánchez Rios, que também integra a defesa de Neves e Mello, reconhece que havia uma relação “próxima” e “incisiva” entre os quatro advogados e os servidores do cartório cível, mas nega que tenha havido pagamento sistemático de propina ou de vantagens financeiras. O defensor destaca que essa proximidade se deu pela falta de estrutura do cartório e para que o dinheiro das indenizações fosse liberado.

“Essa relação tem de ser vista dentro do seu contexto. Se não houvesse este trabalho presente e incisivo do escritório, as ações não andariam. Essa relação próxima se dava exclusivamente para que os processos tramitassem, visando o benefício do pescador”, disse Rios. “Nunca foi para corromper ou para se apropriar do dinheiro dos pescadores. Isso não houve jamais.”

A denúncia aponta que o escritório Bahr, Neves e Mello teria chegado a pagar o salário de duas estagiárias do cartório cível do fórum de Antonina. A defesa nega. Segundo os advogados, o escritório mantinha

uma correspondente no cartório: Kharyne de Souza Cardoso, que é irmã de dois então servidores da repartição do fórum. “Isso deu margem para uma série de interpretações erradas”, defende Rios.

Kharyne, os dois irmãos dela e o ex-escrivão do cartório cível também foram denunciados e estão presos, mas a *Gazeta do Povo* não conseguiu identificar os advogados deles. A repartição foi estatizada no ano passado.

CONTINUA

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Dois acusados ainda não se apresentaram

Os outros dois advogados do escritório Bahr, Neves e Mello, Heroldes Bahr Neto e Kleber Augusto Vieira, também tiveram a prisão preventiva decretada, mas não se apresentaram à polícia. O defensor de Bahr Neto, o advogado Ivan Xavier Viana, entrou com pedido de habeas corpus argumentando que a prisão é desnecessária e ilegal. Ele acrescenta que seu cliente não se entregou para evitar “uma lesão de caráter constante”.

A **Gazeta do Povo** não conseguiu contato com o advogado que representa Kleber Augusto Vieira e com os defensores dos ex-servidores do cartório cível de Antonina.

A operação que culminou com a prisão dos advogados foi batizada de “Barreado” pelo Ministério Público devido a um fato inusitado: documentos do cartório cível haviam sido enterrados no terreno do fórum. Algumas folhas continham o timbre do escritório.

Os advogados alegam que os documentos se tratavam de “contra-fés” (quando a parte toma conhecimento da ação), que já não tinham valor jurídico. “A Petrobras tomava conhecimento da ação diretamente no cartório. Então, a contra-fé perdia o efeito” disse o advogado Carlos Eduardo Treglia.

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

➤ ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO

Inquéritos contra políticos chegam ao STF até sexta

Procurador-geral da República prepara o envio do pedido de investigação de autoridades citadas nos depoimentos da Lava Jato

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

Os inquéritos contra políticos citados na Operação Lava Jato devem chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF) entre a quinta e a sexta-feira desta semana. Com base no depoimento de dois delatores e no levantamento de indícios, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, encaminhará ao Supremo o que deve ser feito para continuar as investigações de parlamentares supostamente envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras.

No caso daqueles em que a Procuradoria-Geral da República (PGR) encontrar evidên-

cias suficientes da prática de crimes, poderá ser oferecida denúncia. Para os casos em que for necessário levantar mais indícios de crime, Janot deve pedir a abertura de inquérito.

Apesar da grande expectativa em torno da chegada dos pedidos da PGR no Supremo, a divulgação do nomes dos parlamentares que serão investigados depende exclusivamente de uma decisão do ministro Teori Zavascki, relator do caso no STF. Mas a PGR solicitará a Zavascki que seja retirado o sigilo de tudo o que for possível na investigação.

Até o momento, Zavascki tem mantido praticamente tudo que é relacionado ao escândalo de corrupção da Petrobras em sigilo: apenas alguns habeas corpus e recursos já julgados tiveram o teor revelado. Algumas ações da Lava Jato estão em um nível de sigilo superior ao segredo de Justiça — são os chamados “inquéritos ocultos”, caso em que não é possível nem consultar o processo no sistema do STF nem acompanhar a sua tramitação.

42 ações

As delações do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa deram origem a 42 ações ocultas no Supremo. Esse número não coincide necessariamente como número de parlamentares que serão investigados. Diferentemente das ações que estão apenas em segredo de Justiça, em que são citadas apenas as iniciais dos envolvidos, isso nem sequer consta dos processos ocultos.

Criminalistas ouvidos pela reportagem veem de forma crítica a manutenção de todas as ações em grau máximo de sigilo. Para eles, se isso ocorrer, haverá um tratamento muito desigual dos parlamentares e daqueles que são investigados pela Justiça Federal no Paraná, onde o juiz Sérgio Moro tem divulgado boa parte de suas decisões.

Zavascki e Janot terão pelo menos duas oportunidades de conversar pessoalmente sobre os desdobramentos da Lava Jato: nas sessões plenárias do STF que acontecem na quarta (25) e quinta-feira (26).

24 FEV 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Contas do estado 1

A *Gazeta do Povo* (23/2) revela alguns agravantes sobre a crise econômica instalada no Paraná nestas últimas semanas: o governador sabia e fora advertido, já em 2013, sobre a falta de dinheiro em caixa para honrar a folha de pagamento dos servidores – o que vem ocorrendo agora. Segundo: a então secretária de Fazenda, Jozélia Nogueira tornou público, em janeiro de 2014, uma pequena amostra das contas públicas do estado. Acabou demitida. E, por fim, a falta de transparência do governo em negar informações à imprensa e à população paranaense.

Marcelo Rebinski, historiador

Contas do estado 2

Para que serve o Tribunal de Contas afinal? Será que, realmente, é um órgão independente? O governo está promovendo corte de gastos na educação, mas deveria ser prioridade em um país com graves deficiências nesse setor. Os aumentos de salários do Legislativo, porém, serão implantados em março; isso sem falar do vergonhoso auxílio-moradia para os auditores, fiscais e outros funcionários do TC e do Judiciário estadual.

Everaldo dos Santos

Presidente do DEM é acusado de cobrar R\$ 1 milhão de propina

I Em delação premiada ao Ministério Público do Rio Grande do Norte, revelada pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, o empresário potiguar George Olimpio acusou o senador José Agripino Maia (DEM-RN), presidente nacional do DEM, de cobrar mais de R\$ 1 milhão para permitir um esquema de corrupção no serviço de inspeção veicular estadual em 2011. Agripino Maia nega a acusação.

Executivos não reclamaram da situação da cadeia, afirma juiz

I O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, afirmou em despacho nesta segunda-feira (23) que nunca recebeu reclamação formal dos executivos presos sobre as condições da carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Moro também intimou os advogados dos executivos a informarem se eles preferem ser transferidos para o sistema prisional estadual. Em seu despacho, o juiz faz referência a reclamações veiculadas pela imprensa. No domingo (22), a *Folha de S. Paulo* publicou relatos sobre as condições da carceragem da PF: os presos fazem faxina das celas, comem a carne com as mãos porque os talheres são de plástico e usam o vaso sanitário na frente dos outros. O juiz já havia perguntado anteriormente aos advogados do executivo Erton Fonseca e do dileiro Alberto Youssef se prefeririam a transferência ao sistema estadual, o que foi recusado.

JUSTIÇA

AGU entra com ações para liberar rodovias bloqueadas

I A Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou ontem que irá recorrer à Justiça para pedir a liberação das rodovias federais bloqueadas por protestos de caminhoneiros. Segundo o órgão, já foram ajuizadas ações em sete estados onde foram registradas interdições em rodovias. São eles: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nas ações, o governo pede autorização para tomar medidas que garantam a circulação nas estradas. Também pede que seja fixada multa de R\$ 100 mil aos manifestantes por cada hora em que as rodovias ficarem bloqueadas. As medidas, caso autorizadas, devem ser realizadas pelo Ministério da Justiça, por meio da Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional.

Em nota, as procuradorias regionais da União afirmam que os bloqueios aumentam os riscos de acidentes e "ameaçam a segurança de todos que precisam utilizar as rodovias, além de provocarem graves prejuízos econômicos".

24 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP processa dez em Bom Sucesso por R\$ 334 mil gastos em viagens

Promotoria alega que prefeito, vice, vereadores, a primeira-dama e secretários receberam diárias sem qualquer critério ou prestação de conta

Luis Fernando Wiltemberg
Reportagem Local

O Ministério Público de Jandaia do Sul (Norte) ajuizou dez ações civis públicas contra sete membros da prefeitura e três vereadores de Bom Sucesso (Norte) pelo gasto de quase R\$ 334 mil em despesas de viagens nos últimos dois anos. Os campeões em "milhagens" são o prefeito Maurício Aparecido de Castro (PSB), cujos gastos somam R\$ 111.588,28, e o ex-presidente da Câmara Raimundo Severiano de Almeida Júnior (Pros), num total de R\$ 104.099,83, em valores atualizados.

Além do prefeito, também respondem a ações pelos mesmos motivos o vice-prefeito Alduíno Lúcio Romani (PTB), no montante de R\$ 11.054,48; Rosana Lopes Ferreira, gestora da Assistência Social e primeira-dama (R\$ 8.166,06); Anderson Carlos Teixeira, secretário de Esportes (R\$ 8.169,26); Pedro Nogueira dos Santos, se-

cretário de Governo (R\$ 20.932,19); Nilton de Oliveira Lima, secretário de Obras e Serviços (R\$ 35.346,86); e Marcos Aurélio Raniero, secretário de Saúde (R\$ 22.680,22).

No Legislativo, também devem responder a ações José Marconi Hernandez (PRB), 1º secretário da Mesa Diretora, por diárias que somam R\$ 5.781,59; e Carlos Alberto de Andrade Almeida (DEM), ex-vice-presidente, pelo recebimento de R\$ 6.130,51.

Nas ações, a promotora Fernanda Trevisan Silvério pede a indisponibilidade dos bens nos valores recebidos. De acordo ela, os montantes foram pagos aos entes políticos sem qualquer critério e não exigiam prestação de contas. Por isso, considera haver indícios de remuneração indireta. "A justificativa deles é que as leis municipais não exigem a prestação de contas, mas a Constituição Federal exige pela transparência e moralidade", diz a promotora.

Para ajuizar as ações, ela fez comparações dos gastos de viagens com o município de Londrina, mais de 78 vezes maior no quesito população – são 543 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contra 6.906. "Em 2014, foram gastos pelo prefeito (Alexandre Kireff, PSD) em torno de R\$ 49 mil, incluindo uma viagem internacional (ao Japão, em março passado). Em 2013, o prefeito de Bom Sucesso, sozinho, gastou cerca de R\$ 77 mil", compara.

Os gastos do presidente da Câmara também foram levados em consideração. Pelos levantamentos do MP, o Legislativo londrinense pagou em gastos com viagens cerca de R\$ 49 mil para os 19 parlamentares, enquanto Raimundo Severiano de Almeida recebeu sozinho R\$ 46 mil. "Os gastos estão incompatíveis com o município (de Bom Sucesso)", avalia Fernanda Silvério.

CONTINUA

24 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Castro admitiu que os gastos com diárias são muito altos, mas afirma que são provenientes de diversas viagens feitas para solucionar problemas deixados pela administração anterior. Ele ainda diz que se sente perseguido pela promotora, porque o pagamento de diárias é feito de um modo diferente que não permite reembolsos. "Se me pagam R\$ 1.500, eu tenho que comprar com esse dinheiro a passagem, os gastos com hospedagem e alimentação. O resto sai do meu bolso", reclama. Questionado por que não modifica o sistema, ele diz que é porque "está implementado há muito tempo".

A FOLHA tentou localizar o vereador Raimundo de Almeida, mas ninguém atendeu na Câmara ou no telefone celular obtido pela reportagem.

24 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco diz que vítimas de exploração sexual eram procuradas em escolas

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina- O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) concluiu três novos inquéritos relacionados a suspeitas de crimes de exploração sexual. Dessa vez, o fotógrafo e ex-assessor da Casa Civil Marcelo Caramori, o ex-delegado regional da Receita Estadual José Luiz Favoreto Pereira e o investigador afastado da Polícia Civil Jefferson Pereira dos Santos foram indiciados por favorecimento à prostituição. Apenas Caramori acumulou ainda indiciamento por estupro de vulnerável, porque teria se relacionado com uma adolescente de 13 anos.

De acordo com o delegado do Gaeco, Ernandes Cezar Alves, os investigados demonstravam preferência por meninas que estavam no Ensino Médio. "A maioria das vítimas estudava no mesmo período na escola e algumas eram até colegas de sala. Eram alunas de várias escolas, de várias regiões da cidade. As aliciadoras abordavam as meninas e as amigas também indicavam outras estudantes", revelou.

Conforme apuração do Gaeco, o investigador Jefferson Pereira dos Santos teria feito programas sexuais com

três adolescentes de 14 anos. O ex-delegado regional da Receita Estadual José Luiz Favoreto Pereira teria se relacionado com quatro vítimas, sendo uma de 15 anos, outra de 16 e duas de 17. O fotógrafo e ex-assessor Marcelo Caramori teria se envolvido sexualmente com uma adolescente de 13 anos, uma de 14 e duas de 16.

"Algumas vítimas se relacionaram com mais de um investigado. São aproximadamente 20 adolescentes identificadas até o momento", afirmou o delegado do Gaeco.

Desde janeiro, com a prisão do auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza, sete inquéritos relacionados à exploração sexual já foram concluídos pelo Gaeco. "De certa forma, é uma rede de exploração sexual com várias aliciadoras e vários usuários, mas ainda não há um vínculo entre eles que caracterize organização criminosa", ponderou Ernandes. Os indiciamentos, segundo ele, foram feitos com base nos depoimentos das adolescentes, no reconhecimento dos investigados pelas vítimas e em mensagens e ligações de celular.

Os documentos seguem agora para o Ministério Público, que já propôs três de-

núncias à Justiça embasadas nos inquéritos concluídos anteriormente. Os quatro homens permanecem detidos. Na manhã de ontem, uma das jovens investigadas, Carla de Jesus, de 19 anos, suspeita de ter aliciado meninas para encontros sexuais, formalizou novo depoimento junto ao Gaeco com a expectativa de conseguir a liberdade por meio de um acordo de delação premiada. Desde o início das investigações, Carla permanece no 3º Distrito Policial.

O advogado de Favoreto disse que não teve acesso ao inquérito e preferiu não comentar o assunto. O representante de Caramori negou que ele tenha praticado crimes. Os advogados dos demais investigados não foram encontrados.

24 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Caos nas finanças do Paraná

Victor Hugo Agudo Romão

Analisar as contas públicas do Paraná é uma experiência assustadora para qualquer economista. Não pela complexidade dos dados, mas pela rápida e profunda deterioração que ameaça o futuro de todos os paranaenses. Em dezembro de 2010, último mês do governo de Orlando Pessuti, que chegara ao posto após ser vice de Requião, o Estado do Paraná divulgou o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com um superavit primário para aquele ano de R\$ 810,6 milhões. Mesmo não sendo o ideal, uma vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelecia uma meta de R\$ 1,22 bilhão para aquele ano, a situação fiscal estava muito distante do caos que viria apenas alguns anos depois.

Após uma campanha que vendeu um céu de brigadeiro na gestão estadual, o governador Beto Richa (PSDB) divulgou um deficit primário astronômico de R\$ 4,6 bilhões para 2014. Nem é preciso dizer que a LDO não foi cumprida, posto que determinava uma meta de R\$ 2,23 bilhões de superavit primário.

Não é preciso ser economista para perceber que o rombo de R\$ 4,6 bilhões nas contas públicas do Paraná é insustentável e uma ameaça real de falência do Estado. E o pior é que nós, paranaenses, de nascimento ou adoção, não sabemos para onde estes R\$ 5,4 bilhões de um superavit que se transformou em deficit foram parar. Basta um olhar sobre a educação e a saúde do Estado para percebemos que a ganância foi injustificada.

Diante do abismo, Beto Richa ao invés de cortar desperdícios que são inúmeros em todo o Estado, cortou investimento e atacou o plano de carreira de servidores públicos, especialmente dos professores, o que na prática é reduzir investimentos em capital humano. Ao destruir o plano de carreira do magistério, o governador inviabiliza que os professores mais experientes permaneçam na carreira e contribuam para a educação. A reação do governador à crise que ele mesmo provocou ameaça também o futuro do Paraná.

VICTOR HUGO AGUDO ROMÃO é economista pela Universidade Estadual de Londrina.

24 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Gerson Araújo sofre nova derrota na Justiça Eleitoral

Loriane Comeli
Reportagem Local

O vereador Gerson Araújo (PSDB), considerado inelegível em 2012 quando reeleitou-se para uma vaga na Câmara Municipal de Londrina (CML), sofreu nova derrota na Justiça Eleitoral. Em decisão proferida no último dia 12, a ministra Maria Thereza Assis de Moura, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), negou seguimento ao recurso especial da defesa de Araújo, que planejava reverter acórdão do TRE do Paraná que cassou o diploma do tucano em julho de 2013.

O entendimento da ministra é que o recurso não atende aos requisitos formais para comportar novo julgamento, já que é claro o entendimento do artigo 14, parágrafo 6º da Constituição Federal, onde está previsto que “para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito”.

Araújo, em 2012, após a cassação do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT) e renúncia do ex-vice-prefeito Joaquim Ribeiro (que admitiu ter recebido propina de empresa contratada pelo município), tomou posse como prefeito de Londrina. Mesmo assim, levou adiante sua candidatura à reeleição. O argumento

da defesa é de que era inexistente conduta diversa, uma vez que, como presidente da Câmara, tinha de assumir o cargo.

A ministra, no entanto, destacou que “que o Supremo Tribunal Federal há muito já firmou entendimento segundo o qual é inelegível para o cargo de vereador o presidente da Câmara Municipal que substituiu o prefeito nos seis meses anteriores às eleições”, citando decisão de 2003.

O pedido de impugnação do diploma de Araújo foi feito pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) e pelo PTC, partido que entende ter direito à cadeira do tucano. Para o PTC, os votos dados ao tucano deveriam ser anulados e, na recontagem, com o novo quociente eleitoral, a vaga pertenceria ao partido. Porém, para o TRE e pela decisão da ministra, a inelegibilidade de Araújo não gera a nulidade de seus votos, mas eles seriam atribuídos ao próprio partido. Assim, a vaga seria do suplente Amauri Cardoso. Por isso, a magistrada também negou seguimento ao recurso do PTC.

O advogado de Araújo, Frederico Reis, disse que irá recorrer. “Cabe recurso de agravo regimental para o próprio TSE com o objetivo de fazer com que o colegiado do tribunal julgue nosso recurso especial”, explicou. Segundo ele, o processo está chegando

ao final. “Em tese, poderia ser cabível recurso ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas isso depende do conteúdo da decisão ao nosso próximo recurso.” Enquanto houver possibilidade de recurso, Araújo pode ficar no cargo.

24 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz nega pedido de perícia em refinarias

Leticia Sorg

Agência Estado

São Paulo - O juiz Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, indeferiu pedido da defesa de executivos da OAS para a realização de uma perícia "contábil-financeira e de engenharia" nas obras das Refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco, e Presidente Getúlio Vargas, no Paraná.

Segundo o magistrado, as denúncias contra Agenor Meideiros, José Adelmário, José Breghirolli, Mateus Oliveira, Fernando Stremel e João Lazzari não se baseiam no superfaturamento, que poderia ser apurado pela perícia, e abrangem apenas os crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, associação criminosa e uso de documento falso.

O juiz alegou ainda que a denúncia fundamenta-se principalmente em depósitos aparentemente sem causa realizados pela OAS em contas supostamente controladas

por Alberto Youssef e que ainda não teriam sido esclarecidos pela empreiteira.

"Em grande síntese, segundo o MPF, as empreiteiras previamente combinariam entre elas a vencedora das licitações da Petrobras. A premiada apresentaria proposta de preço à Petrobras e as demais dariam cobertura, apresentando propostas de preço maiores. A propina aos diretores teria por objetivo que estes facilitassem o esquema criminoso, convidando à licitação apenas as empresas componentes do Clube", escreveu o magistrado.

Moro também alegou que uma perícia nas refinarias seria muito cara e demorada e que até a Petrobras, "com recursos técnicos muito superiores aos disponíveis da Polícia Federal, descartou a produção de tal prova e até hoje não logrou dimensionar os possíveis prejuízos nessas obras, o que até hoje dificulta o fechamento de seu balanço".

24 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Moro pergunta se presos preferem presídio estadual

Aguirre Talento,
Gabriel Mascarenhas e
Rubens Valente

Folhapress

Brasília - O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as investigações da Operação Lava Jato, afirmou em despacho ontem que nunca recebeu qualquer reclamação formal dos executivos presos sobre as condições da carceragem da Polícia Federal e intimou os advogados dos presos para informarem se preferem ser transferidos para o sistema prisional estadual. Em seu despacho, Moro faz referência a reclamações veiculadas à imprensa. No domingo, a "Folha de S. Paulo" publicou relatos sobre as condições da carceragem da PF.

A ala em que os executivos presos estão é formada por três celas de paredes brancas, unidas por uma sala comum. Com um beliche, uma mesa e banco de concreto, cada uma delas está preparada para receber duas pessoas. Cada cela tem um vaso sanitário de aço pregado no chão e uma pia. Os presos até hoje só têm direito a duas horas de sol. É quando aproveitam para lavar meias e cuecas. Na hora do banho, os empreiteiros e executivos têm que fazer fila pois só há dois chuveiros com água quente.

O juiz já havia perguntado anteriormente a alguns advogados de detidos na Lava Jato, durante uma audiência, se prefeririam a transferência ao sistema estadual, o que foi recusado na ocasião. "As celas da carceragem da Polícia Federal têm as suas limitações, já que trata-se apenas de prisão de passagem, mas entendeu-se que a permanência nelas, ao invés da transferência, era do interesse dos próprios acusados. Não houve, perante este juízo, qualquer reclamação formal sobre as condições das celas ou qualquer pedido de transferência ao sistema prisional estadual", afirmou Moro no despacho.

Foi dado um prazo de 48 horas para que os advogados se manifestem sobre o assunto.

24 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Lava Jato denuncia dois governadores ao STJ

Os primeiros políticos – dois governadores – enrolados no escândalo de corrupção da Petrobras já foram denunciados formalmente pelo Ministério Público Federal ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). As identidades dos governadores ainda não foram divulgadas, mas durante as investigações vazaram os nomes dos governadores do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e do Acre, Tião Viana (PT).

Eles negam

Quando seus nomes foram citados na Lava Jato, Pezão e Tião Viana negaram enfaticamente qualquer envolvimento no caso.

Ex que foram citados

Ex-governadores citados: Antonio Anastasia (MG), Cid Gomes (CE), Eduardo Campos (PE), Roseana Sarney (MA) e Sergio Cabral (RJ).

Negromonte

Também foi denunciado ao STJ um conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, que seria o ex-ministro Mario Negromonte.

Vendendo o peixe

Joaquim Barbosa faz silêncio constrangedor sobre o indecente “acordo de leniência” com empreiteiras. O ex-presidente do STF parece mais preocupado, agora, em divulgar seu novo ciclo de palestras sobre “o impacto da nova lei anticorrupção nas empresas, sobretudo globais”.

— OPINIÃO DO LEITOR

Legalidade e moralidade

O adágio popular sentenciando que “nem sempre o que é legal é moral” nunca ficou tão evidente como agora com a concessão do auxílio-moradia a 20 figurões do Tribunal de Contas do Paraná, aceito de bom gosto por eles que tentam justificar o injustificável. Confirmado por uma decisão em caráter liminar de apenas um ministro do Supremo, portanto, sujeito à apreciação e decisão do plenário, essa aberração já está causando prejuízos incalculáveis à nação brasileira. Com salários de R\$ 26 mil mensais e, com certeza, possuidores de casa própria, o mais razoável seria que, em nome da decência e da moral, mesmo amparado pela lei, abrissem mão dessa excrescência que contrasta com a realidade brasileira.

ANTONIO DA SILVA PINHATARI (aposentado) – Londrina

24 FEV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

SERVIDORES PARAM TUDO

Professores prometem reunir multidão, com apoio dos funcionários do Detran e TJ

O momento é de greve geral entre os servidores do estado do Paraná. Diversas categorias já estão de braços cruzados ou em estado de greve e compartilham a mesma pauta de reivindicação. Ontem, professores engrossaram o movimento dos servidores do Detran, bloqueando o acesso aos serviços de vistoria e exame prático na sede do Tarumã, em Curitiba. Para hoje, um grande ato de educadores está agendado e os funcionários do Tribunal de Justiça anunciaram que farão uma paralisação durante o dia.

Além do pagamento de salários e terço de férias atrasados, há um estado de alerta para observar o comportamento do Executivo e Legislativo estadual em relação ao "pacotão", que modificava benefícios do funcionalismo e foi retirado de pauta, e ao projeto que mexeria nos fundos da Paraná Previdência. O segundo é mais sensível, já que o governo estadual o retirou para avaliação, mas pode enviar para a Assembleia novamente a qualquer momento.

Ontem os professores acompanharam a sessão do Legislativo, a primeira que foi realizada após a ocupação da casa pelos educadores. O clima foi pacífico e não houve transtornos. Para hoje, está prevista a realização de um grande ato pela educação, com professores de todo o estado em Curitiba.

Os professores, inclusive, ajudaram na mobilização dos servidores do Detran. "Nós estamos em um momento de greve geral dos servidores estaduais. Da mesma forma que o Sisdep [Sindicato dos Servidores do Detran] apoiou nossa greve, nós apoiamos a deles. Nossas pautas são parecidas, ambas têm questões que entram no rol das dívidas do governo do estado e da previdência. Além disso, a categoria dos servidores do Detran é bem menor que a dos professores e boa parte do quadro é de funcionários comissionados, ou seja, os trabalhadores têm dificuldade de se organizar", explicou Luiz Fernando Rodrigues, secretário de comunicação da APP-Sindicato.

ENSINO SUPERIOR

Para hoje, os reitores das sete universidades estaduais terão audiência com o governador Beto Richa. A pauta principal diz respeito aos artigos 66 e 67 da mensagem inicialmente encaminhada pelo governo à Assembleia Legislativa, envolvendo a autonomia universitária e o custeio dessas instituições. O horário da audiência não foi confirmado.

Veja quais são as categorias de servidores públicos em greve e quais as suas reivindicações

Professores e funcionários da rede estadual de ensino

Em greve desde 9 de fevereiro. 950 mil alunos estão sem aulas nas 2.100 das escolas do Paraná.

O que eles querem?

- ▶ Fim do pacote que mexe com a ParanáPrevidência;
- ▶ Pagamento imediato dos salários em atraso (PSS, terço de férias, auxílio-alimentação);
- ▶ Abertura e reabertura de turmas;
- ▶ Contratações de professores aprovados em concurso.

Professores e funcionários das universidades estaduais

UEPG, UEL, UEM, Unioeste, Unicentro, Unep e Unespar estão em greve desde o dia 12 de fevereiro.

O que eles querem?

- ▶ Fim do pacote que mexe com a ParanáPrevidência;
- ▶ Pagamento imediato do terço de férias em atraso.

Funcionários do Detran

Estão em greve desde o dia 19 de fevereiro.

O que eles querem?

- ▶ Fim do pacote que mexe com a ParanáPrevidência;
- ▶ Melhores condições de trabalho e contratação de novos funcionários.

Funcionários dos hospitais estaduais

Em greve desde o dia 12 de fevereiro.

O que eles querem?

- ▶ Fim do pacote que mexe com a ParanáPrevidência;
- ▶ Pagamento de benefícios atrasados.

Servidores da defensoria pública

Em greve desde o dia 18 de fevereiro.

O que eles querem?

- ▶ Fim do pacote que mexe com a ParanáPrevidência;
- ▶ Fim dos cortes dos auxílios de alimentação e transporte;
- ▶ Autonomia administrativa, funcional e financeira.

24 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Executivos não reclamaram das condições da cadeia, afirma juiz

Moro intima defesas a dizerem se querem a transferência de seus clientes para prisões estaduais

Segundo ele, advogados de alguns dos presos já foram consultados e preferiram mantê-los na carceragem da PF

O juiz federal Sergio Moro, da Operação Lava Jato, afirmou em despacho nesta segunda-feira (23) que nunca recebeu reclamação formal dos executivos presos sobre as condições da carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

Moro também intimou os advogados dos executivos para informarem se eles preferem ser transferidos para o sistema prisional estadual.

Em seu despacho, o juiz faz referência a reclamações veiculadas pela imprensa. No domingo (22), a **Folha** publicou relatos sobre as condições da carceragem da PF: os presos fazem faxina das celas, comem a carne com as mãos porque os talheres são de plástico e usam o vaso sanitário na frente dos outros.

A ala em que os executivos presos estão é formada por três celas de paredes brancas, unidas por uma sala comum.

Com beliche, mesa e banco de concreto, cada uma delas está preparada para receber duas pessoas. Cada cela tem um vaso sanitário de aço pregado no chão e uma pia.

“As celas da carceragem da Polícia Federal têm as suas limitações, já que trata-se apenas de prisão de passagem, mas entendeu-se que a permanência nelas, ao invés da transferência, era do interesse dos próprios acusados

SERGIO MORO
juiz federal, em despacho

Os presos até hoje só têm direito a duas horas de sol. É quando aproveitam para lavar meias e cuecas. Na hora do banho, têm que fazer fila, pois só há dois chuveiros, com água quente.

O juiz já havia perguntado anteriormente aos advogados do executivo Erton Fonseca, da Galvão Engenharia, e do doleiro Alberto Youssef, durante audiência no início do mês, se prefeririam a transferência ao sistema estadual, o que foi recusado na ocasião.

“As celas da carceragem da Polícia Federal têm as suas limitações, já que trata-se apenas de prisão de passagem, mas entendeu-se que a permanência nelas, ao invés da

transferência, era do interesse dos próprios acusados. Não houve, perante este juízo, qualquer reclamação formal sobre as condições das celas ou qualquer pedido de transferência ao sistema prisional estadual”, afirmou Moro no despacho.

Foi dado um prazo de 48 horas para que os advogados se manifestem sobre o caso.

Estão presos preventivamente na carceragem da Polícia Federal, sob suspeita de envolvimento no esquema de desvio de recursos da Petrobras, os executivos Ricardo Ribeiro Pessoa (UTC), Eduardo Hermelino Leite, Dalton dos Santos Avancini e João Ricardo Auler (Camargo Correa), José Ricardo Nogueira Breghirolli, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Mateus Coutinho de Sá Oliveira e José Aldemário Pinheiro Filho (OAS), Sergio Cunha Mendes (Mendes Júnior), Gerson de Mello Almada (Engevix) e Erton Medeiros Fonseca (Galvão Engenharia).

Também estão lá o doleiro Alberto Youssef, o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró e o lobista Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano. (AGUIRRE TALENTO, GABRIEL MASCARENHAS, RUBENS VALEN-

24 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Subsidiária de estatal pagou R\$ 3 mi a Collor, diz doleiro

Propina teria resultado de contrato entre rede de postos
e a BR Distribuidora

**O valor, segundo
Youssef, foi arrecadado
em dinheiro vivo nos
postos e pago em três
parcelas de R\$ 1 milhão**

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O doleiro Alberto Youssef afirmou a procuradores que investigam o esquema de corrupção na Petrobras que o senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PTB-AL) recebeu propina de R\$ 3 milhões resultante de negócio da BR Distribuidora, subsidiária da estatal.

Segundo o doleiro, a operação com a BR Distribuidora foi intermediada por um emissário de Collor e do PTB, o empresário e consultor do setor de energia Pedro Paulo Leoni Ramos. Nessa ocasião, segundo Youssef, Ramos trabalhou como um operador do esquema, intermediando suborno.

PP, como Ramos é conhecido, é amigo do senador desde a juventude. Foi ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Collor (1990-1992) e é dono de uma empresa de consultoria que também fazia negócios com Youssef, a GPI Participações e Investimentos.

De acordo com Youssef, a propina resultou de um contrato no valor de R\$ 300 milhões assinado em 2012 entre uma rede de postos de combustíveis de São Paulo e a BR Distribuidora.

O negócio era para que a rede deixasse uma marca de combustíveis e passasse a integrar o grupo de revendedores da BR Distribuidora.

Em contratos regulares de troca de marca, em geral a empresa distribuidora dá um incentivo para que o posto de gasolina mude de bandeira. A ajuda serve para financiar obras e melhorias na rede.

Em 2012, foi nesse tipo de operação que teria sido negociada a propina no valor de 1% do total do contrato, o que corresponde a R\$ 3 milhões.

O valor, segundo Youssef, foi arrecadado nos postos, em dinheiro vivo, em três parcelas de R\$ 1 milhão, e depois repassado a Leoni. O dinheiro era destinado a Collor, afirma o doleiro.

De acordo com o delator, todos sabiam que Leoni era um emissário do senador.

Em seu depoimento, Youssef não detalhou como a propina teria chegado a Collor. Ele também não apontou nomes de diretores da BR Distribuidora que estariam envolvidos no esquema.

O depoimento de Youssef à força-tarefa da Lava Jato em Curitiba foi feito entre outubro e novembro de 2014.

Neste mês, o doleiro prestou novo depoimento sobre Collor, desta vez à Procuradoria-Geral da República, para dar mais informações sobre a suposta participação do ex-presidente no esquema de corrupção.

Em outro depoimento que prestou aos procuradores,

CONTINUA

24 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

3

OUTROS INDÍCIOS CONTRA COLLOR

> A Polícia Federal encontrou, no escritório de Youssef, oito comprovantes de depósitos para o senador que somam R\$ 50 mil – o que mostraria que os dois têm algum vínculo

> Investigadores encontraram indícios de que Leoni Ramos fez lobby para aprovar medidas relacionadas a projetos na área de petróleo e energia elétrica no Congresso



4

O QUE DIZ COLLOR?

Sua assessoria afirmou que o senador estava em voo e não podia ser contatado. Em outras ocasiões, Collor disse que não recebeu dinheiro nem mantém relação com o doleiro Alberto Youssef, mas admitiu ser amigo do empresário Pedro Paulo Leoni Ramos

CONTINUA

>OUTROLADO<

Senador negou ter qualquer relação com delator

O senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL) negou ter recebido propina e ter mantido “relacionamento pessoal ou político” com o doleiro Alberto Youssef em pronunciamento no Senado em maio de 2014.

Na ocasião, após a imprensa divulgar investigações que indicavam a entrega de R\$ 50 mil de Youssef para Collor, o senador disse que era vítima de uma campanha difamatória da mídia, que não se conformava em vê-lo inocentado das acusações que levaram a seu impeachment em 1992.

Procurada na tarde desta segunda-feira (23), a assessoria de Collor afirmou que o ex-presidente “estava em deslocamento para Brasília impossibilitado de atender a ligações telefônicas”.

O empresário Pedro Paulo Leoni Ramos afirmou que desconhece o depoimento de Youssef e “nega qualquer envolvimento em esquema na BR Distribuidora”.

A BR Distribuidora informou que “não assinou qualquer contrato em 2012 de embandeiramento de postos em São Paulo no valor indicado” no depoimento de Youssef e que ainda não recebeu pedido de informação das autoridades. A empresa afirmou que está à disposição para colaborar nas investigações.

24 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Youssef disse que, em maio de 2013, mandou entregar R\$ 50 mil em dinheiro vivo no apartamento de Collor em São Paulo. O senador nega a acusação.

A entrega teria sido feita por um dos emissários do doleiro, Rafael Ângulo Lopes, que também firmou acordo de delação premiada com a força-tarefa da Lava Jato.

O PTB, partido do qual Collor é atualmente líder no Senado, tinha dois diretores na BR Distribuidora: José Zonis, na área de Operações e Logística, e Luiz Claudio Caseira Sanches, na Diretoria de Rede de Postos de Serviço.

Eles permaneceram na estatal entre 2009 e 2013. Zonis foi uma indicação direta do senador, segundo a **Folha** apurou; Sanches, do partido.

Ramos também é alvo de investigações da força-tarefa da Lava Jato em razão do repasse de R\$4,3 milhões que uma de suas empresas fez à companhia MO Consultoria, de Youssef.

As autoridades também apuram negociações feitas entre Ramos e Youssef ligadas ao setor elétrico e ao laboratório Labogen, suspeito de integrar o esquema de fraudes do doleiro.

Colaborou CATIA SEABRA, de São Paulo

DA PETROBRAS A COLLOR

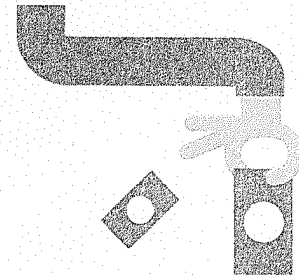
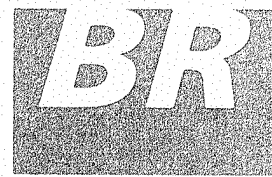
Doleiro relatou pagamento de propina a senador do PTB em negócio da BR Distribuidora



PROPINA

Segundo o doleiro Alberto Youssef, Collor recebeu propina numa transação em que uma rede de postos de combustível associou-se à BR Distribuidora. A comissão teria sido de 1% sobre o valor do contrato de R\$ 300 mi

Essa propina de R\$ 3 mi teria sido repassada a Pedro Paulo Leoni Ramos

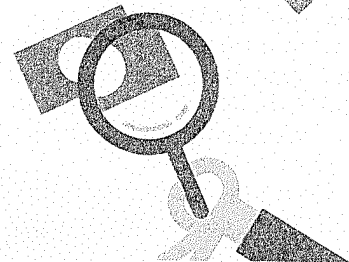


PEDRO PAULO LEONI RAMOS

Conhecido como PP, o ex-secretário do governo Collor (1990-1992) foi acusado à época de comandar um esquema de corrupção na Petrobras, mas nada foi comprovado. Hoje, é empresário e consultor no setor de energia



Segundo o doleiro Alberto Youssef, o dinheiro era destinado ao senador Fernando Collor (PTB-AL) e a seu partido



24 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procuradores fazem revisão de denúncias sobre políticos

Previsão é que material chegue ao STF até sexta

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, determinou que as denúncias e aberturas de inquérito contra políticos envolvidos no esquema de corrupção da Petrobras sejam revisadas por um grupo de procuradores antes de serem encaminhadas ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Assim, a expectativa é que o material chegue ao Supremo na próxima quinta (26) ou sexta-feira (27), depois de o grupo, liderado pelo chefe de gabinete de Janot, Eduardo Pelella, avaliar a consistência jurídica dos argumentos e eliminar eventuais contradições ou repetições entre os pedidos de investigação.

Após a entrega, os procuradores esperam que o relator do processo no STF, o ministro Teori Zavascki, acabe com o sigilo dos processos.

Atualmente, eles estão num nível ainda mais reservado que o segredo de Justiça, recebendo a classificação de procedimentos "ocultos". Somente o Ministério Público Federal e o ministro relator têm acesso a eles.

Caso Zavascki não diminua o sigilo, nem mesmo os advogados terão acesso às peças.

Se houver redução, existem duas possibilidades: os processos podem ficar em segredo de Justiça, em que somente as defesas podem ver as peças, ou tramitarão como procedimentos comuns, em que qualquer pessoa pode acessá-los em solicitação ao STF. (SEVERINO MOTTA)

Oposição quer que Bendine explique voo com socialite

Gestor levou Marchiori de carona à Argentina

A oposição quer explicações do presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, sobre a carona para a socialite Val Marchiori e mais dois amigos num jato a serviço do Banco do Brasil na época em que era o presidente do banco.

Líderes do DEM e do PSDB devem apresentar requerimentos nas comissões da Casa convidando Bendine a tratar do caso, que foi revelado nesta segunda pela **Folha**.

O deputado, Mendonça Filho (DEM-PE), disse que também solicitará à Secretaria de Aviação Civil dados de voos à Argentina em missão do banco público em 2010.

"Se for provado que Bendine mentiu não há como ele continuar como presidente da Petrobras", disse.

A **Folha** mostrou que a presença da socialite foi relatada por um então colega de Bendine, Allan Toledo, ex-vice-presidente da área internacional do banco. Ambos viajaram a Buenos Aires em missão oficial em 2010 para concluir a aquisição do Banco da Patagonia, de acordo com depoimento de Toledo ao Ministério Público.

Três anos depois da viagem, Marchiori obteve para sua empresa um empréstimo de R\$ 2,7 milhões do Banco do Brasil. A operação, por contrariar normas da instituição, passou a ser investigada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. (MF)

PAINEL

Vai que dá Os advogados da Galvão Engenharia ingressam nesta terça-feira no STF com habeas corpus para tentar tirar Erton Fonseca da prisão. O STJ negou pedido similar na semana passada.

24 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

DIREITOS E DEVERES

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) julga no dia 3 se um dos parceiros de união homoafetiva pode pedir ao outro pensão alimentícia depois da separação. O benefício foi negado a ele em instâncias inferiores da Justiça.

BALANÇA

O autor da ação, identificado pelas iniciais P.D.A., alega que viveu 15 anos com o parceiro. Diz que é portador de HIV, “não tendo desde a separação conseguido meios para a sua subsistência de forma digna”. Já o ex-parceiro teria recursos para fazer frente às despesas, além de ter ficado “na posse de móveis e imóveis pertencentes ao casal”.

PREMISSA

Antes de analisar as especificidades do caso, o STJ vai decidir se cabe pensão alimentícia em uniões homoafetivas desfeitas. A defesa do autor alega que a união estável entre pessoas do mesmo sexo “traz consigo todas as características de um relacionamento amoroso, ou seja, um convívio público e duradouro, conceito este idêntico ao da união estável”.

QUASE TUDO

O STJ já reconheceu a união homoafetiva e, em outros casos, disse que cabe partilha de bens na separação e pensão previdenciária em caso de morte de um dos parceiros.

MÔNICA BERGAMO

A HORA DE JANOT

E a expectativa, entre magistrados de Brasília, é a de que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, comece a divulgar a lista de políticos envolvidos na Operação Lava Jato pelos governadores citados em delação premiada. Seriam dois, a serem julgados pelo STJ.

CAMINHOS

Janot pode pedir arquivamento do caso, inquérito para aprofundar a investigação —ou já oferecer denúncia, caso julgue as evidências consistentes.

24 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Quando o crime compensa



Na semana passada, o coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, procurador da República Deltan Dallagnol, e mais oito procuradores federais

propuseram à Justiça Federal do Paraná 5 ações de improbidade administrativa contra 6 grupos econômicos e 28 executivos por danos à Petrobrás, no âmbito do chamado petro-lão. Argumentam os procuradores que “empresas corrompem porque os benefícios são maiores do que os custos”. Envolvem-se em esquemas de corrupção, portanto, com base em uma “decisão racional”. Em outras palavras: o crime compensa.

Essa iniciativa dos procuradores federais paranaenses, cujo objetivo imediato é endurecer as punições às empreiteiras de obras públicas envolvidas no escândalo da Petrobrás, visa um alvo mais amplo que é o de criar condições para “reverter essa equação” do custo-benefício. E dessa perspectiva coloca em foco a questão essencial do tratamento que deve ser dispensado, do ponto de vista administrativo e civil, às pessoas jurídicas condenadas por práticas contra a administração pública.

Essa matéria é objeto da Lei 12.846, de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, que estabelece, em seu artigo 2.º, que “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta lei praticados em seu interesse ou benefício”, responsabilização que, nos termos do artigo 3.º, “não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores”.

O debate dessa questão é importante e oportuno porque, por razões de variada natureza – inclusive o indefectível apelo ao “interesse social” frequentemente usado como pretexto para tudo nos governos populistas –, transparece claramente, em setores oficiais afinados com os interesses das defesas das empreiteiras investigadas pela Lava Jato, uma tentativa de consagrar a tese de que é preciso

punir dirigentes culpados, mas preservar as empresas a qualquer custo.

Dilma Rousseff, com a responsabilidade de sua investidura, proclamou em mais de uma oportunidade, inclusive na abertura da primeira reunião ministerial de seu segundo mandato: “Nós devemos punir as pessoas e não destruir as empresas. As empresas, elas são essenciais para o Brasil”.

A afirmação da presidente da República pode ser interpretada como uma defesa da Petrobrás, que já no discurso de posse ela apontara como “alvo de um cerco especulativo de interesses contrariados”, entre eles os daqueles que ambicionam “privatizar” a empresa.

Cada vez mais, porém, fica claro que – seja por acreditar na hipótese discutível, mas benevolente, de que sem as grandes empreiteiras para construir grandes obras o País para e milhões de trabalhadores ficarão sem emprego, seja porque interessa, politicamente, uma composição que iniba a potencialmente perigosa hostilidade dos grandes empreiteiros – o Palácio do Planalto e o lulopetismo não têm nenhum interesse em levar às últimas consequências a reiteradamente proclamada intenção de Dilma de “extirpar a corrupção, doa a quem doer”.

Reforçam essa evidência as trapalhadas do ministro da Justiça na tentativa de explicar seus contatos com advogados das empreiteiras, a peregrinação de representantes dessas empresas ao Instituto Lula e, de modo inequívoco, o acordo de leniência com aquelas corporações que está sendo defendido, em nome do governo, tanto pela Controladoria-Geral da União (CGU) como pela Advocacia-Geral da União (AGU). O ministro Luís Inácio Adams – quem diria – entende que esses acordos não interferem na área penal e por isso não prejudicam o julgamento dos eventuais réus.

Entidades representativas de auditores e procuradores, no entanto, contestaram Adams por meio de nota oficial distribuída à imprensa no fim de semana: “O acordo tem, sim, conside-

rável repercussão penal, com a extinção da punibilidade do crime de cartel por ato administrativo, o que impede o Ministério Público de oferecer denúncia na esfera penal”.

A Lei Anticorrupção está aí para ser aplicada. Pois, como argumentam os procuradores federais do Paraná, só a punição rigorosa das pessoas jurídicas, doa realmente a quem doer, é capaz de “reverter a equação” que tem levado as empreiteiras a concluir que o crime compensa.

Janot quer fim de sigilo de inquéritos de políticos

Pedido de procurador-geral da República será enviado a relator da Lava Jato no STF

Talita Fernandes
Beatriz Bulla | BRASÍLIA

Os pedidos da Procuradoria-Geral da República de abertura de inquéritos contra políticos citados na Operação Lava Jato devem chegar ao Supremo Tribunal Federal entre a quinta e a sexta-feira desta semana. O procurador-geral, Rodrigo Janot, vai solicitar que o ministro Teori Zavascki, relator do caso no Supremo, retire o sigilo de tudo o que for possível na investigação.

Com base no depoimento de dois delatores da Operação Lava Jato e no levantamento de indícios, Janot vai encaminhar à Corte pedidos de abertura de inquéritos contra parlamentares ou outras autoridades que possuem prerrogativa de foro e só podem ser investigados ou processados criminalmente no Supremo.

No caso daqueles em que a Procuradoria-Geral da República encontrar evidências suficientes da prática de crimes poderá ser oferecida denúncia (acusação formal).

Apesar da grande expectativa em torno da chegada dos pedidos do procurador-geral no Supremo, a divulgação do nomes dos parlamentares que serão investigados na Lava Jato depende exclusivamente de uma decisão de Zavascki.

Até o momento, o ministro relator do caso no STF tem mantido praticamente tudo

nhar a sua tramitação.

As delações do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa deram origem a 42 procedimentos ocultos no Supremo. Esse número não coincide necessariamente com o número de parlamentares que será alvo de pedidos de investigação.

Diferentemente das ações que estão apenas em segredo de Justiça, em que são citadas somente as iniciais dos envolvidos, nos processos ocultos nem sequer constam no sistema do Supremo.

Criminalistas ouvidos pelo Estado veem de forma crítica a manutenção de todas as ações em grau máximo de sigilo. Para eles, se isso ocorrer, haverá um tratamento muito desigual dos parlamentares e daqueles que são investigados pela Justiça Federal no Paraná, onde o juiz Sérgio Moro tem divulgado boa parte de suas decisões.

Embora não haja nenhum encontro ou conversa formal agendados para esta semana entre Zavascki e Janot, eles terão pelo menos duas oportunidades de conversar pessoalmente sobre os desdobramentos da Lava Jato: nas sessões plenárias do Supremo que acontecem nas tardes de amanhã e quinta-feira.

Conforme revelou o Estado em dezembro do ano passado, apenas Costa citou em 80 depoimentos à força-tarefa da Lava Jato uma lista de 28 políticos – que inclui ex-ministros do governo Dilma Rousseff, deputados, senadores, um governador e ex-governadores.

A relação inclui políticos que, segundo o ex-diretor da Petrobrás, se beneficiaram do esquema de corrupção e caixa 2 que se instalou na estatal entre 2004 e 2012. Foram citados 10 nomes do PP, 8 do PMDB, 8 do PT, 1 do PSB e 1 do PSDB. Alguns, segundo o ex-diretor de Abastecimento, recebiam repasses com frequência ou esporádicos. Os valores chegavam a R\$ 1 milhão.

PARA LEMBRAR

A pressão das empreiteiras

Empreiteiras suspeitas de integrar o esquema de desvios da Petrobrás se queixam de que, até agora, apenas os autos da investigações envolvendo seus executivos têm ganhado publicidade. Isso porque os conteúdos das delações premiadas que citam políticos estão sob a guarda do Supremo Tribunal Federal e sob sigilo. Sem conseguir levar todo o caso para o STF – os empreiteiros tentaram juntar as investigações de Brasília com as tocadas pelo juiz Sérgio Moro, no Paraná –, as empreiteiras passaram a atuar, nos bastidores, para que o caso dos políticos também fique sem sigilo.

que é relacionado ao escândalo de corrupção da Petrobrás em sigilo – apenas alguns habeas corpus e recursos já julgados tiveram o teor revelado.

'Inquéritos ocultos'. Algumas ações da Lava Jato estão em um nível de sigilo superior ao segredo de Justiça – são os chamados "inquéritos ocultos", quando não é possível nem consultar o processo no sistema do Supremo e nem acompa-

24 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Denúncia de morte cometida por policial cresce 74%

Índice registrado pela Ouvidoria no ano passado em relação a 2013 contrasta com o total de queixas, que teve queda de 29%

Bruno Ribeiro

A Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo registrou aumento de 74% no número de denúncias de homicídios cometidos por policiais civis e militares no ano passado, segundo relatório anual divulgado ontem. Foram 649 queixas feitas ao órgão, contra 373 registros em 2013. É um crescimento que contrasta com o registro total de queixas do departamento, que teve queda de 29% na comparação entre o ano passado e 2013 - de 10.951 denúncias para 7.777.

Outros delitos graves, como constrangimento ilegal (quando o policial força cidadãos a fazer algo que não é previsto em lei), maus-tratos a presos e abuso de autoridade também registraram aumento de denúncias, na comparação com o ano passado. Mas as queixas sobre corrupção, negligência e tortura registraram queda.

Para o ouvidor Julio Cesar Fernandes Neves, a queda geral é resultado do aumento da fiscalização, por parte do governo e de organizações independentes, do trabalho das Polícias Civil e Militar. "A pergunta que deve ser feita é: por que o policial age assim? Por que ele atira primeiro e pergunta depois?", questiona o ouvidor.

"O que precisa ser compreendido pelo policial é que ele não

está ali para julgar as pessoas que cometem crimes. Está ali para prender e apresentar à delegacia. É um crescimento preocupante, uma vez que o número de homicídios quase dobrou", diz Fernandes Neves.

A queda geral refere-se, em parte, à diminuição das queixas feitas pela população sobre falta de policiais. Em 2013, foram 2.537 reclamações solicitando policiamento e 1.845 de má qualidade no atendimento. No ano passado, esses registros caíram para 1.692 e 1.239 casos, respectivamente.

Diferenças. As queixas recebidas pela Ouvidoria são encaminhadas às Corregedorias das duas polícias, conforme o caso, e ao Ministério Público Estadual, que fazem as investigações. É por isso que os dados da Ouvidoria são diferentes do registro oficial de mortes cometi-

das pelas polícias, que é feito pela Secretaria Estadual da Segurança Pública. Segundo a pasta, 694 pessoas foram mortas apenas pela Polícia Militar no ano passado. Segundo os números do relatório, apenas 5% das denúncias feitas no ano passado, ou 422 queixas, foram solucionadas.

Capital. Levando em conta apenas a capital paulista, a Ouvidoria recebeu no ano passado 257 denúncias de homicídio. Elas faziam referência a 544 policiais que foram denunciados e estão sendo investigados pela Corregedoria.

Um dos casos é a morte de um suspeito de roubo, Fabrício Rodrigues dos Santos, morto com um tiro pelas costas no dia 5 de agosto, segundo vídeo divulgado anteontem pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo. O policial responsável pelo disparo, Diego Lopes da Silva, está preso. "A redução da letalidade policial é prioridade para a Secretaria da Segurança Pública. O aumento de mortes se deu em decorrência do crescimento de 52% nos confrontos de criminosos com a polícia. Em termos relativos, o aumento não foi significativo", argumenta a Secretaria da Segurança. A pasta argumenta que o trabalho da Ouvidoria é de "extrema importância" e destaca o fato de que a maior parte dos índices caiu.

AS QUEIXAS

DELITO	2014	2013
Homicídio	649	373
Constrangimento ilegal	154	104
Abuso (prisão)	34	29
Maus-tratos a presos	17	6
Assédio moral	41	85
Lesão corporal	14	23
Roubo/furto	12	19
Discriminação	4	20
Tortura	2	8
Extorsão	0	1

FONTE: OUVIDORIA

24 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Na parede

Justiça mineira julga hoje caso da Usiminas

A disputa societária na Usiminas deve ter um novo desdobramento hoje. A 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais vai julgar o agravo de instrumento interposto pela Ternium, que pede o retorno de Julián Eguren, ex-presidente da siderúrgica, e de outros dois vice-presidentes, destituídos no fim de setembro passado.

Os executivos foram destituídos após a Nippon, sócia da Ternium na companhia, alegar que eles recebiam benefícios irregulares. A Ternium discorda.

Em outubro, a Justiça negou, em primeira instância, o pedido da Ternium de tutela antecipada para que os executivos voltassem à companhia. Após essa decisão, a Ternium entrou com agravo de instrumento para tentar obter a liminar e reverter as destituições. /AGÊNCIA ESTADO

Depois de receber do juiz Sergio Moro, da Operação Lava Jato, um presentão inesperado – 68 obras de arte apreendidas nas casas dos envolvidos nas denúncias – o Museu Oscar Niemeyer, de Curitiba, aguarda a decisão da Justiça para saber se ficará com elas em definitivo.

O pacote, avaliado em milhões, inclui nomes como Dali, Di Cavalcanti, Iberê Camargo, Amilcar de Castro, Sergio Ferro, Cícero Dias e Vik Muniz. Parte está em exposição e outra ainda em quarentena, no acervo do museu.

Parede 2

Segundo o Instituto Brasileiro de Museus, nada poderá ser feito antes que termine o processo e se definam eventuais condenações judiciais dos donos das obras. Daí por diante, o juiz pode autorizar a venda judicial das que estiverem “disponíveis”. Quando isso ocorrer, o Ibram terá condições legais de atuar para que os museus públicos tenham preferência na compra.

24 FEV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Como presas comuns

O juiz do caso Lava Jato, Sérgio Moro, levantou ontem a possibilidade de transferir os executivos presos na operação para os presídios comuns no Paraná. Se a intenção for confirmada, a democratização vai atingir a todos aqueles que transgridem a lei. Até agora, os investigados (porque ainda não são réus do processo) estão na sede da Polícia Federal, com algumas regalias que não teriam em presídio comum.

A história do Brasil sempre demonstrou que a cadeia sempre foi lugar para os pobres, e os criminosos ricos sempre conseguiram um jeito de manter a diferença de status, mesmo quando cometiam crimes comuns.

O primeiro passo da democratização já foi a acusação dos corruptores, porque até hoje só eram expostos os corruptos. Mas como o próprio juiz destaca, o crime é o mesmo, de corruptores e corruptos, e todos devem pagar da mesma forma. ■

24 FEV 2015

BEMPARANÁ

Presidente do DEM teria cobrado R\$ 1 mi

Em delação premiada ao Ministério Público do Rio Grande do Norte divulgada no domingo, pelo programa Fantástico, da TV Globo, o empresário potiguar George Olimpio acusou o senador José Agripino Maia (DEM-RN), presidente nacional do DEM, de cobrar mais de R\$ 1 milhão para permitir um esquema de corrupção no serviço de inspeção veicular investigado pela Operação Sinal Fechado do Ministério Público em 2011.

Segundo Olimpio, além de Agripino, participavam do esquema a ex-governadora do Rio Grande do Norte e atual vice-prefeita de Natal, Vilma de Faria (PSB), seu filho Lauro Maia, o presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PMDB). Todos negaram envolvimento.

O acerto teria acontecido na cobertura do senador, em Natal. "A informação que temos é que você deu R\$ 5 milhões para a campanha do Iberê", teria dito o senador, segundo o delator. Olimpio respondeu que doou R\$ 1 milhão para a campanha do ex-vice e prometeu entregar R\$ 200 mil imediatamente ao senador e outros R\$ 100 mil na semana seguinte. "Aí ficam faltando R\$ 700 mil", teria dito Agripino.

Agripino confirmou ter recebido Olimpio tanto na cobertura em Natal quanto em seu apartamento em Brasília. De acordo com o senador, o empresário é "parente de amigos" de seu pai. Agripino, no entanto, negou enfaticamente ter cobrado ou recebido propinas de Olimpio. "Ele não me deu R\$ 1 milhão coisíssima nenhuma. Eu nunca pedi nenhum dinheiro", garantiu.